

**HABEAS CORPUS Nº 548.519 - SP (2019/0356630-1)**

**RELATORA** : **MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SIMONE LAVELLE GODOY DE OLIVEIRA - SP271161  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : DIEGO BONFIM ALVES (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de DIEGO BONFIM ALVES contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no HC n.º 2229532-40.2019.8.26.0000.

Consta dos autos que o Paciente foi preso em flagrante delito, em 06/09/2019, acusado de subtrair, mediante grave ameaça e violência, "*um tablet Samsung, avaliado em R\$ 1.000,00. uma aliança, avaliada em R\$ 1.500,00, um celular Iphone 7 Apple, avaliado em R\$ 1.500,00 e um relógio de pulso, avaliado em R\$ 500,00, pertencentes à vítima Gabriel Antonio Delgado*" (fl. 23). Na audiência de custódia, o flagrante foi convertido em prisão preventiva (fls. 20-21). Em seguida, o Paciente foi denunciado como incurso no art. 157, *caput*, do Código Penal.

Inconformada, a Defesa impetrou *habeas corpus*, que teve a ordem denegada pela Corte de origem, nos termos da seguinte ementa (fl. 45) :

*"ROUBO (artigo 157, caput, do Código Penal). Prisão preventiva. Revogação. Impossibilidade. Presença dos requisitos da custódia cautelar. Prisão decretada por decisão suficientemente fundamentada. Necessidade da medida para garantia da instrução criminal e da aplicação da lei penal. Constrangimento ilegal inexistente. Ordem denegada."*

Neste *writ*, a Parte Impetrante sustenta, em suma, a inexistência de fundamentos idôneos para a decretação da prisão preventiva.

Assevera que (fl. 6) :

*"[...] a apreciação subjetiva acerca da gravidade em tese do delito imputado ao réu não importa na afirmação de quaisquer das situações que autorizam a prisão preventiva (art. 312 do Código de Processo Penal) e tampouco é possível simplesmente presumir de forma*

# Superior Tribunal de Justiça

*genérica e abstrata que todo indivíduo acusado de roubo se colocado em liberdade irá atrapalhar as investigações de um suposto crime ou a instrução processual."*

Requer "a *CONCESSÃO DO MANDAMUS, LIMINARMENTE E APÓS EM DEFINITIVO*, para que, tornado insubsistente a decisão que determinou a manutenção da prisão da paciente, seja expedido o competente alvará de soltura, por ser ato de verdadeira justiça" (fl. 7).

É o relatório.

Decido o pedido urgente.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Todavia, ao menos por ora, não se mostram presentes os pressupostos autorizadores da medida urgente requerida no caso em apreço.

O *decisum* atacado está assim fundamentado (fl. 47):

*"Referida decisão faz menção à presença dos pressupostos e fundamentos da prisão preventiva, deixando clara a existência de prova da materialidade da infração e de indícios veementes de autoria, a gravidade do delito, e suas circunstâncias peculiares, mormente a grave ameaça para subtração dos bens de valor significativo, e a efetiva violência contra o ofendido, destacando-se, ainda, o fato de o paciente, 'quando ainda menor de 18 anos, praticou ato infracional equivalente a roubo qualificado, como foi reconhecido, inclusive em 2º grau, nos autos 10044405-62.2018. Portanto, está indicado que o preso porta intenso desvalor pelos direitos fundamentais que compõem a dignidade humana, especialmente a integridade corporal, a liberdade e a propriedade, a fazer previsível a reincidência...', tudo a revelar a necessidade da medida para garantia da ordem pública, da instrução criminal e aplicação da lei penal (fls. 27/28 dos autos principais)."*

Como se percebe, a decretação da prisão preventiva do Paciente não se mostra, em princípio, desarrazoada ou ilegal, tendo sido amparada no risco de reiteração delitiva pela existência de ato infracional equiparado ao roubo majorado, a justificar a segregação cautelar para garantia da ordem pública. A propósito, "[c]onforme pacífica jurisprudência desta Corte, a preservação da ordem pública justifica a imposição da

# *Superior Tribunal de Justiça*

*prisão preventiva quando o agente ostentar maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso, porquanto tais circunstâncias denotam sua contumácia delitiva e, por via de consequência, sua periculosidade"* (RHC 107.238/GO, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 12/03/2019; sem grifo no original).

Concluo, assim, que o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Requisitem-se informações pormenorizadas ao Juízo singular, especialmente sobre a situação prisional do Paciente, a serem instruídas com senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica requeira a sua utilização.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora